



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

2014

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, uma PROVA SUBJETIVA, com 02 (duas) questões dissertativas, e 02 (duas) FOLHAS DE RASCUNHO, que se encontram ao fim do presente caderno.
2. Na prova subjetiva utilize, no máximo, 15 (quinze) linhas.
3. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e das FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA SUBJETIVA, os quais serão entregues quando o candidato solicitar ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
7. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

Preenchimento do gabarito



INSCRIÇÃO

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9

Complemente o número da sua inscrição com zeros à esquerda.

CORRETO

01	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

ERRADO

01	X	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

01	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Acerca dos princípios constitucionais que regem a administração pública, assinale aquele que foi inserido por último na constituição federal:

- a) moralidade;
- b) impessoalidade;
- c) eficiência;
- d) legalidade;
- e) publicidade.

02- Sobre os bens que são da União, assinale a única alternativa que **NÃO** corresponde às previsões da constituição federal:

- a) os rios que banhem mais de um Estado ou sirvam de limites com outros países;
- b) os terrenos de marinha;
- c) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- d) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;
- e) o patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico.

3- Sobre a proteção constitucional destinada aos índios, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes;
- b) É livre o aproveitamento dos recursos hídricos e potenciais energéticos, bem como a lavra das riquezas minerais em terras indígenas;
- c) As terras indígenas submetem-se à usucapião;

d) A remoção definitiva dos grupos indígenas de suas terras é livremente permitida, em caso de epidemia que ponha em risco sua população;

e) Os índios devem ser representados em juízo pelo Ministério Público Federal, sendo vedado que suas comunidades e organizações o façam, pois não possuem capacidade jurídica, nem legitimidade para tanto.

4- Marque a alternativa que corresponde a uma competência jurisdicional do STF:

- a) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;
- b) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;
- c) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;
- d) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- e) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

5- Acerca dos Tribunais Regionais Federais, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Compõe-se de um quinto de advogados e membros do Ministério Público Federal, que cumpram os requisitos constitucionais;
- b) Em competência originária, compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
- c) Atualmente estão instalados no país 5 Tribunais Regionais Federais, com sedes em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife;
- d) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- e) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.

6- Ao tratar dos partidos políticos, a constituição federal brasileira estabeleceu que:

- a) A criação dos partidos deve ter caráter regional;
- b) Aos partidos fica garantido o direito de rever recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros;
- c) É assegurada aos partidos políticos autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal;
- d) É condicionada à autorização da justiça eleitoral

a iniciativa de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos;

- e) Os partidos políticos não podem utilizar recursos do fundo partidário e seu acesso ao rádio e à televisão deve se dar mediante contrapartida financeira.

7- Quanto aos direitos políticos é **CORRETO** afirmar que:

- a) O voto pode ser direto ou indireto, mas sempre secreto;
- b) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores;
- c) Para concorrer ao mandato de Vereador é preciso ter 21 anos, enquanto para o mandato de Governador é necessária a idade mínima de 35 anos;
- d) O militar é inelegível;
- e) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará em alguns casos específicos, entre os quais a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, ou a prática de improbidade administrativa, nos termos do ordenamento jurídico.

8- Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a um princípio da ordem econômica, segundo a constituição federal:

- a) soberania nacional;
- b) propriedade privada;
- c) função social da propriedade;
- d) eliminação da concorrência;
- e) defesa do consumidor.

9 – O Ministério Público, como função essencial à Justiça, é sujeito a um regramento constitucional que lhe dá garantias, prerrogativas e funções. Sobre o Ministério Público, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A legitimação do Ministério Público para as ações civis públicas impede a de terceiros;
- b) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados. No primeiro estão compreendidos o MPF, o MPT, o MPM e o MPDFT;
- c) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- d) São funções institucionais do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- e) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

10 – A constituição federal estabelece um rol de competências legislativas específicas aos entes federativos. No que diz respeito às competências legislativas privativas da União, marque a alternativa que corresponde a uma delas:

- a) direito tributário;
- b) registros públicos;
- c) custas dos serviços forenses;
- d) proteção ao patrimônio histórico;
- e) orçamento.

DIREITO CIVIL

11. Com a população brasileira saindo às ruas, exigindo providências das autoridades em relação a melhorias necessárias em áreas como saúde, educação e transporte público, o Poder Legislativo,

após amplo debate, aprovou lei específica para atender às reivindicações sociais. O Poder Executivo sancionou a lei que foi devidamente publicada no dia 10 de janeiro de 2014 (sexta-feira). Todavia, a lei não mencionou o início de sua vigência. Nessa situação, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A lei começa a vigorar em todo o País de imediato, por envolver matéria de direitos fundamentais;
- b) A lei começa a vigorar em todo o País na segunda-feira seguinte, já que publicada numa sexta-feira;
- c) A lei começa a vigorar em todo o País 30 (trinta) dias depois de oficialmente publicada;
- d) A lei começa a vigorar em todo o País 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada;
- e) A lei começa a vigorar em todo o País somente após o Poder Legislativo corrigir a omissão e encaminhar novamente ao Poder Executivo que a sancionará indicando o início da vigência.

12. O ser humano é concebido, nasce, se desenvolve e um dia morre. O que acontece depois da morte é algo tratado de diversas formas pelas mais variadas concepções religiosas e/ou filosóficas. Para a ciência a morte ainda é algo bastante misterioso. Diante desse quadro de incerteza o Código Civil brasileiro estabelece, a respeito da disposição do próprio corpo, para depois da morte que:

- I - não é válida;
- II - é válida com objetivo científico, no todo ou em parte, se for gratuita;
- III - é válida com objetivo altruístico, no todo ou em parte, se for gratuita;
- IV - é válida com objetivo científico, em parte, se

for gratuita e desde que o falecido tenha, em vida, que:
se submetido a experiências autorizadas em virtude
de doença grave.

- a) Nenhuma assertiva está correta;
- b) Somente a assertiva I está correta;
- c) As assertivas I e II estão corretas;
- d) Somente a assertiva II está correta;
- e) Todas as assertivas estão corretas.

Em relação às assertivas propostas é válido afirmar que:

- a) Nenhuma está correta;
- b) Somente a assertiva II está correta;
- c) As assertivas II e III estão corretas;
- d) Somente a assertiva IV está correta;
- e) As assertivas III e IV estão corretas.

13. O edifício-sede do Ministério Público Federal em Sergipe é um bem:

- a) institucional-particular;
- b) de uso privativo de poder federal;
- c) público, de uso comum do povo;
- d) institucional-particular de uso de poder federal;
- e) público, de uso especial.

14. Observe as afirmações quanto à invalidade dos negócios jurídicos:

- I - O negócio jurídico celebrado por pessoa absolutamente incapaz é nulo ou anulável, a depender do objeto envolvido, do valor da causa e da percepção intelectual dos participantes;
- II - O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo;
- III - A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico.

15. As obrigações, quanto ao objeto, são, basicamente:

- a) simples, compostas e mistas;
- b) de dar, de fazer e de não fazer;
- c) cumulativas, alternativas e facultativas;
- d) fungíveis e infungíveis;
- e) específicas, genéricas e sinalagmáticas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o mandado de segurança:

- a) a ação constitucional de mandado de segurança pode ser proposta por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada, desde que o original seja protocolado nos 5 (cinco) dias úteis seguintes;
- b) não se admite mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;
- c) o prazo para impetração do mandado de segurança deriva de construção pretoriana, não podendo ser prorrogado;
- d) Nas ações de mandado de segurança não é possível a oposição de embargos infringentes e nem a condenação em honorários advocatícios;

Em relação às assertivas propostas é válido afirmar

e) o mandado de segurança coletivo pode tutelar direitos com natureza coletiva ou individual homogênea.

17. Assinale a alternativa FALSA:

a) a ação rescisória deve ser proposta dentro do prazo de dois anos do trânsito em julgado, sendo que o biênio termina no mesmo dia para as partes, inclusive a Fazenda Pública.

b) é lícito ao magistrado indeferir, de pronto, a petição inicial quando verificada, desde logo, a hipótese de prescrição ou decadência do direito vindicado;

c) é admissível o juízo de retratação pelo juiz na hipótese de apelação manejada contra sentença que indefere a petição inicial liminarmente.

d) Na hipótese de litisconsórcio, não se conta o prazo em dobro para recurso previsto no código quando só um dos litisconsortes haja sucumbido;

e) a ausência de juntada aos autos do processo da cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação de documentos que instruíram o recurso importa, se demonstrada, na inadmissibilidade do recurso interposto.

18. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A competência em matéria cível, no âmbito da Justiça Federal, pressupõe a participação de qualquer ente da administração pública federal na condição de autor, réu, assistente ou oponente, salvo em relação às causas de falência, às de acidentes de trabalho e às sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

b) No âmbito do juizado especial federal, a

competência é fixada pelo valor da causa que não pode exceder o valor de 40 (quarenta) salários mínimos;

c) Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeitos por desvio de verba sujeito a prestação de contas perante órgão federal;

d) A competência da Justiça Federal é de natureza relativa, prorrogável se não houver arguição, em tempo oportuno;

e) nenhum das alternativas anteriores.

19. Assinale a alternativa INCORRETA, sobre o rito sumário do processo de conhecimento:

a) no rito sumário não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro;

b) na petição inicial, o autor deve apresentar o rol de testemunhas e, se requerer perícia, deverá formular quesitos, podendo indicar assistente técnico;

c) é vedado ao juiz converter o procedimento sumário em ordinário, devendo extinguir o feito sem exame de mérito;

d) é obrigatória a designação de audiência de conciliação, a ser realizada no prazo de trinta dias;

e) Não havendo a conciliação, o requerido deverá apresentar na própria audiência defesa escrita ou oral, acompanhada de documentos, testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico.

20. Sobre a citação e a intimação no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

a) é admissível a citação por hora certa pelo oficial de justiça quando este diligenciar por três vezes no domicílio ou residência do réu e não o encontrar;

b) A interrupção da prescrição retroagirá à data da

efetivação da citação do requerido ou de seu representante legal;

c) é admissível a citação por edital quando o réu esteja em local incerto e não sabido, devidamente certificado nos autos;

d) a intimação do Ministério Público deve ser feita pessoalmente com a entrega dos autos;

e) havendo diferentes réus, o prazo para apresentar a defesa contará a partir da juntada da última intimação pelo oficial de justiça ou pela juntada do último aviso de recebimento quando a citação for feita através de correio.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Acerca dos princípios do Direito Administrativo, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

I) Os princípios do direito administrativo, expressos ou reconhecidos, devem ser extraídos da Constituição Federal;

II) Entre os princípios que regem a atividade da Administração Pública e que estão expressamente previstos na Constituição Federal estão incluídos os seguintes: legalidade, economicidade, eficiência e moralidade;

III) O princípio da eficiência alcança somente os serviços públicos prestados à coletividade, não havendo obrigatoriedade de sua observância em relação aos serviços administrativos internos;

IV) A Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, que vedou expressamente a condenável prática do *nepotismo*, está mais relacionada intimamente ao princípio da legalidade.

a) Apenas a assertiva I está correta;

b) Somente as assertivas I e II estão corretas;

c) Somente as assertivas I e III estão corretas;

d) Apenas a assertiva IV está correta;

e) Todas as assertivas estão corretas.

22. Sobre os poderes administrativos, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

I) O poder regulamentar possui natureza derivada (ou secundária), pois somente é exercido à luz de lei preexistente;

II) No exercício do poder de polícia, pode atuar a Administração tanto através da edição de atos normativos, como através da criação de atos concretos;

III) A autoexecutoriedade, como atributo dos atos administrativos, decorre do poder de polícia da Administração Pública;

IV) O poder discricionário se confunde com os conceitos jurídicos indeterminados existente no ordenamento.

a) Todas as assertivas estão corretas;

b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas;

c) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas;

d) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas;

e) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

23. Sobre os atos administrativos, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

I) A presunção de legitimidade, como atributo dos atos administrativos, significa que todo ato administrativo presume-se legítimo, isto é, verdadeiro e conforme o direito;

II) A delegação administrativa envolve a transferência de atividade estatal a determinada pessoa integrante ou não da Administração Pública, sendo um meio, portanto, de desconcentração administrativa;

III) Quando pratica atos de gestão, a Administração age em situação de igualdade com os particulares, para a conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços;
IV) A anulação é a supressão do ato administrativo, com efeito retroativo, por razões de ilegalidade e ilegitimidade.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas;
- c) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas;
- d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas;
- e) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.

24. Relativamente à organização administrativa brasileira, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

I) A desconcentração administrativa consiste na partilha de atribuições entre vários órgãos que pertencem a uma mesma pessoa jurídica;
II) As agências reguladoras, em razão sua independência, são dotadas de amplo poder normativo, podendo, inclusive, ampliar as obrigações previstas em lei para os setores por elas regulados;
III) A personalidade jurídica das autarquias surge com a publicação de sua lei criadora, independentemente, portanto, de qualquer registro;
IV) São traços de definição da empresa pública, entre outros, a criação mediante lei autorizativa e a personalidade jurídica de direito público.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- d) Apenas a assertiva III está correta;
- e) Apenas a assertiva IV está correta.

25. Acerca do controle da Administração Pública, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

I) Quanto à natureza do controlador, o controle pode ser classificado como interno ou externo;
II) A Administração Pública pode anular seus próprios atos, por motivo de conveniência e oportunidade;
III) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, deve averiguar estritamente o cumprimento das leis e dos atos do Poder Público, não podendo apreciar sua constitucionalidade, papel esse reservado ao Poder Judiciário.;
IV) Entre os diversos instrumentos de controle administrativo figura o direito constitucional de petição.

- a) Todas as assertivas estão incorretas;
- b) Somente as assertivas I e II estão incorretas;
- c) Somente as assertivas II e III estão incorretas;
- d) As assertivas I, II e III estão incorretas;
- e) As assertivas I, III e IV estão incorretas;

DIREITOS DIFUSOS

26. Tendo em mente os preceitos que regem o Direito Ambiental, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

I) O ordenamento jurídico brasileiro consagra a incidência do princípio da precaução nas hipóteses de proteção ao meio ambiente, o qual exige, diante do risco de dano ambiental, a não implementação de empreendimento degradante;
II) A Lei nº 9.605/1998, ao elencar as sanções administrativas para a prática de infrações ambientais, não autoriza o órgão ambiental, no

exercício de seu poder de polícia, a promover a demolição de obra irregular, medida essa que depende de autorização judicial;

III) Em matéria ambiental, vigora o regime de responsabilidade objetiva, decorrente do princípio ambiental do poluidor-pagador, segundo o qual o responsável pelo dano ao meio ambiente deverá recuperá-lo, independentemente de culpa, bastando somente a comprovação do nexo de causalidade entre o ato lesivo ao meio ambiente e a consequência por ele sofrida;

IV) Aquele que provoca poluição de qualquer natureza deve recuperar os danos ambientais causados, todavia, sua conduta não possui repercussão criminal, devido à inexistência, em lei, do tipo penal respectivo.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- c) Somente as assertivas I, II e III estão corretas;
- d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas;
- e) Somente as assertivas II e IV estão corretas.

27. Com base na Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

I) Para as autarquias, diferentemente do que estatuiu para as associações, a Lei nº 7.347/1985 não condicionou a legitimidade daquelas à demonstração da chamada pertinência temática, estando tais entes, pois, investidos de legitimação universal para o ajuizamento da ação civil pública;

II) Segundo o entendimento mais recente do Superior Tribunal de Justiça, os efeitos da sentença proferida em ação civil coletiva não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido;

III) A Lei de Ação Civil Pública também prevê a possibilidade de se buscar a reparação de danos morais causados à coletividade (danos morais coletivos) em razão da ofensa a algum direito difuso ou coletivo;

IV) De acordo com o regime jurídico da coisa julgada na ação civil pública, a decisão judicial só produzirá coisa julgada se forem exauridos todos os meios de prova, ou seja, *secundum eventum probationis*.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- d) Somente as assertivas I, II e III estão corretas;
- e) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.

28. Com base no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

I) É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor;

II) A exigência de adequação e eficiência trazida pelo Código de Defesa do Consumidor não se aplica aos serviços públicos, já que tal lei tem sua incidência limitada aos entes privados;

III) A chamada “venda casada” consiste em prática abusiva vedada pelo Código de Defesa do Consumidor e não está limitada apenas à compra e venda, valendo também a proibição para outros tipos de negócios jurídicos;

IV) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro daquele exigido, independentemente de ter

efetuado ou não o pagamento.

- a) Apenas a assertiva I está correta;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Apenas a assertiva III está correta;
- d) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva IV está correta.

29. Sobre a Ação Popular, regida pela Lei nº 4.717/1965, avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

- I) A ação popular pode ser substituída pelo mandado de segurança;
- II) A pessoa jurídica também tem legitimidade para propor ação popular;
- III) A ação popular é instrumento hábil à defesa da moralidade administrativa, ainda que inexistam danos materiais ao patrimônio público;
- IV) É possível, em tese, a propositura de ação popular também contra ato omissivo da Administração Pública.

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- d) Somente as assertivas II e IV estão corretas;
- e) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

30. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), avalie as seguintes assertivas e assinale a opção **CORRETA**.

- I) A aplicação das sanções previstas para os responsáveis pela prática de atos de improbidade administrativa depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas;

II) Estão sujeitos às penalidades dessa lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, a exemplo das entidades beneficentes de assistência social;

III) A referida lei não se aplica àquele que exerce, transitoriamente e/ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função em empresa incorporada ao patrimônio público;

IV) O Ministério Público está obrigado a intervir na ação de improbidade administrativa proposta por pessoa jurídica interessada.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- b) Somente as assertivas II e IV estão corretas;
- c) Apenas a assertiva II está correta;
- d) Apenas a assertiva III está correta;
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

DIREITO PENAL

31. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A lei penal nova prejudicial ao agente poderá ter aplicação retroativa nos casos de crimes continuados ou permanentes, quando a sua vigência for anterior à cessação da permanência ou da continuidade;
- b) A lei penal nova benéfica ao agente sempre terá aplicação retroativa, salvo nos casos que já tenham sido decididos por sentença condenatória transitada em julgado;
- c) De acordo com o código penal, considera-se praticado o crime no lugar em que foi produzido o resultado, independentemente de onde tenha ocorrido a ação;
- d) Os delitos praticados a bordo de embarcações brasileiras privadas que estejam navegando no mar territorial dos países vizinhos serão sempre

processados e julgados pela justiça brasileira;

e) No que diz respeito à aplicação da lei penal no espaço, o Código Penal pátrio adotou a teoria absoluta da territorialidade.

32 - Sobre o concurso de crimes, marque a assertiva INCORRETA:

a) O concurso formal surge quando o agente pratica dois ou mais crimes idênticos ou não, mediante uma única ação ou omissão;

b) Nas hipóteses de concurso material, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade dos delitos perpetrados;

c) O instituto da continuidade delitiva pode ser conceituado como reiteração criminosa;

d) As regras do crime continuado poderão ser aplicadas aos crimes dolosos cometidos contra vítimas diferentes com violência ou grave ameaça à pessoa;

e) Nos casos de concurso de crimes, o cálculo da prescrição deverá ser efetuado levando em consideração a pena aplicada a cada uma das infrações isoladamente, nos termos do art. 119 do Código Penal.

33 - No dia 20/01/2014, Thales, estagiário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-EBCT, atendeu a um cliente que pretendia encaminhar uma encomenda “Sedex” para o Rio Janeiro. Ocorre que Thales não encaminhou a encomenda e se apropriou do objeto, que consistia em um celular. Sobre a situação hipotética descrita acima, assinale a alternativa CORRETA:

a) Thales não poderá responder pelo crime de peculato, porque não era funcionário público da EBCT;

b) A conduta perpetrada por Thales configura suposta prática de crime de estelionato qualificado (art. 171, §3º, do código penal);

c) Thales deverá responder pelo crime de receptação qualificada (art. 180, § 1º, do código penal);

d) Neste caso, considera-se que o delito foi consumado na cidade do Rio Janeiro, levando em conta o local para onde era destinada a encomenda subtraída;

e) O delito perpetrado por Thales deverá ser processado e julgado na Justiça Federal, uma vez que foi praticado contra empresa pública federal.

34 - Assinale a alternativa CORRETA:

a) Segundo o conceito analítico predominante na doutrina, o crime é composto pelos seguintes elementos: ação típica, ilicitude, culpabilidade e punibilidade;

b) De acordo com a teoria causalista, ação é um comportamento humano voluntário dirigido a uma finalidade;

c) O agente que pratica conduta típica em razão de coação física irresistível, não comete crime;

d) São causas excludentes de ilicitude: legítima defesa, inexigibilidade de conduta diversa e estado de necessidade;

e) A embriaguez, em qualquer caso, constitui causa de isenção de pena.

35 - Acerca da relação de causalidade, marque a alternativa INCORRETA:

a) No que diz respeito à relação de causalidade, o código penal adotou a teoria da equivalência dos antecedentes causais, pela qual considera-se causa a ação ou a omissão sem qual o resultado não teria ocorrido;

- b) Quando o resultado decorre de causa presumir ser ele o autor da infração; absolutamente independente, o agente responderá apenas pelo seu dolo;
- b) A jurisprudência pátria não admite o flagrante preparado, a teor da Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal;
- c) Assume a posição de garante aquele que tinha a obrigação de evitar o resultado ou que com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado;
- c) A prisão temporária não poderá ser decretada depois de instaurada a ação penal;
- d) Os crimes omissivos próprios não admitem tentativa;
- d) A prisão preventiva somente poderá ser decretada por decisão judicial;
- e) O Código Penal Brasileiro adotou a teoria da responsabilidade penal objetiva, segunda a qual o agente deverá responder por todos os resultados decorrentes da sua conduta, ainda que os desdobramentos não tenham sido previstos.
- e) A prisão preventiva não poderá ultrapassar o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36. Acerca do Inquérito Policial, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) O inquérito policial é um procedimento de natureza inquisitiva, mas deve assegurar ampla defesa ao investigado;
- b) A ação penal obrigatoriamente deverá ser precedida de um inquérito policial;
- c) O inquérito não poderá ser instaurado de ofício pela autoridade policial;
- d) A doutrina pátria entende que a requisição de inquérito policial pela autoridade judiciária viola o sistema acusatório;
- e) O inquérito policial, depois de arquivado, não poderá ser reaberto em nenhuma hipótese.

37 - No que diz respeito às modalidades de prisão, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) De acordo com o código de processo penal, considera-se em flagrante delito, aquele que é encontrado, logo após a prática do crime, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam

38 - Assinale a alternativa **CORRETA** acerca dos crimes de menor potencial ofensivo:

- a) Considera-se infrações de menor potencial ofensivo os crimes e as contravenções penais punidos com pena máxima não superior a 04 (quatro) anos;
- b) A transação penal poderá ser oferecida pelo magistrado, quando o membro do Ministério Público entender que não é o caso de propor a medida despenalizadora, por ausência dos requisitos;
- c) Quando o infrator descumprir os termos do ajuste firmado na transação penal, a pena restritiva de direitos fixada no acordo poderá ser convertida em pena privativa de liberdade;
- d) Em relação às infrações de menor potencial ofensivo, a composição civil dos danos acarreta renúncia ao direito de queixa ou representação;
- e) A jurisprudência pátria não admite a transação penal nos crimes de ação penal privada.

39 - Sobre a ação penal, marque a assertiva **CORRETA**:

- a) Em razão do princípio da indisponibilidade, o Ministério Público não poderá pedir a absolvição do acusado, em sede de alegações finais;
- b) No tocante à ação penal pública incondicionada, vigora o princípio da discricionariedade;

- c) Nos casos de ação penal pública condicionada, o Ministério Público deverá obrigatoriamente propor a ação, sempre que a vítima oferecer a representação;
- c) Em matéria de nulidades processuais, vigora o princípio da instrumentabilidade das formas;
- d) Na ação penal pública condicionada, a representação da vítima constitui condição de procedibilidade;
- d) As nulidades absolutas não estão sujeitas a prazo preclusivo;
- e) Nos crimes de ação penal privada, o Ministério Público poderá ingressar com a ação, nos casos de inércia da vítima.
- e) O juiz poderá reconhecer de ofício os vícios processuais que implicam em nulidade absoluta.

40 - Assinale a hipótese **INCORRETA** acerca das nulidades processuais:

- a) Nos casos de nulidade relativa, o reconhecimento dos eventuais vícios depende de demonstração do prejuízo;
- b) Quando a ação penal é iniciada perante juízo

PROVA SUBJETIVA

FOLHA DE RASCUNHO

- 1) Determinado Prefeito e o respectivo Secretário de Finanças, no último dia do mandato, comparecem à agência bancária onde o município titulariza várias contas com recursos de origem federal e solicitam o saque na “boca do caixa” de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), mediante a emissão de cheque nominal devidamente endossado, sob a falsa justificativa de pagamento de fornecedores.**

Os agentes públicos deixaram de prestar contas dos recursos recebidos pelo governo federal e, quando submetidos a Tomadas de Contas Especial, tentaram mascarar o desvio com a falsificação de vários documentos supostamente emitidos pelos credores/fornecedores.

Analise a conduta dos gestores públicos, em 15 linhas, sob o ângulo dos princípios constitucionais que regem a administração pública, da existência ou não de ato de improbidade administrativa e sua capitulação, e, ainda, se a conduta deles pode configurar, em tese, ilícito penal e qual o juízo cível e penal competente para as condutas acima descritas. (3,0 pts)

PROVA SUBJETIVA

FOLHA DE RASCUNHO

- 2) Em 2013, foi instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito do Poder Legislativo Estadual para apurar esquema de propina em determinado órgão público, comandado por funcionário estadual. Considerando que as Comissões têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, os membros do legislativo deliberaram pela realização direta de busca e apreensão, na residência do principal suspeito, realizada com o auxílio da polícia legislativa. Durante o cumprimento da busca, encontrou-se no quarto do principal investigado um notebook contendo informações sobre o esquema de propina, inclusive com envolvimento de Desembargadores, Prefeitos e do Governador do Estado. Com esse contexto, pergunta-se:**

A) A Comissão Parlamentar poderia determinar a busca e apreensão? Justifique fundamentadamente. (1,0 pt);

B) Examine a validade das provas encontradas no computador pessoal, abordando aspectos doutrinários e jurisprudenciais. (1,0 pt);

C) Qual é o juízo penal e cível competente para apurar a responsabilidade dos desembargadores, prefeitos e Governador do Estado, envolvidos no esquema de corrupção. (1,0 pt).